

Lula adia definição de marco fiscal para depois de viagem à China

Marco fiscal fica para abril, e Lula reforça críticas ao BC

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que a proposta de nova regra fiscal será divulgada apenas em abril, após a viagem dele à China. A ida ao país asiático começa neste fim de semana, e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fará parte da comitiva. Inicialmente, o objetivo era divulgar o novo marco antes da viagem e da decisão do Banco Central (BC) sobre a taxa básica de juros, a Selic, que ocorre hoje.

– Por que não pode ser antes? Nós embarcamos sábado (dia 25), Haddad não pode comunicar isso aí. Seria estranho, eu anuncio e vou embora. Haddad tem de anunciar e ficar aqui para responder, debater, dar entrevista, falar com sistema financeiro, com a Câmara dos Deputados, Senado, outros ministros – disse Lula, em entrevista ao portal 247.

Lula afirmou que o projeto já está maduro, mas é preciso cuidado para não faltar recursos para investimentos, saúde e educação. O presidente reforçou que é preciso discutir um pouco mais sobre o novo arcabouço fiscal e que não há pressa na divulgação:

– É preciso discutir um pouco mais. A gente não tem de ter a pressa que algumas pessoas do setor financeiro querem.

Técnicos do governo estão fazendo as contas com base na vinculação de recursos prevista na Constituição para as áreas da saúde e da educação e o reforço que pode ser feito depois da vigência do teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas à variação da inflação. Após a entrada em vigor do teto, em 2017, os pisos de saúde e educação previstos na Constituição foram, na prática, congelados e passaram a ser corrigidos anualmente pela variação da inflação.

Como o teto vai acabar no modelo do novo regime fiscal, os pisos, que representam a aplicação mínima em investimentos em saúde e educação, voltam a valer. O piso de saúde está estabelecido em 15% da receita corrente líquida (RCL), e o da educação, em 18% da receita de impostos.

O presidente reforçou que fará o marco fiscal e mostrará ao mundo que tem responsabilidade com as contas públicas. Ao mesmo tempo, Lula destacou que continuará a pressionar o Banco Central a reduzir a taxa básica de juros, a Selic,



Grupo de sindicalistas em São Paulo protestou contra atual nível da taxa Selic

atualmente em 13,75% ao ano.

– Vou continuar batendo, vou continuar tentando brigar para que a gente possa reduzir a taxa de juros. Uma coisa que eu acho absurdo é a taxa de juros estar a 13,75%, num momento em que a gente tem o juro mais alto do mundo, num momento em que não existe crise de demanda, não existe excesso de demanda – afirmou.

Juro

O Comitê de Política Monetária (Copom) define hoje o novo patamar da Selic e a expectativa é de que mantenha em 13,75%. Na véspera, centrais sindicais protestaram contra juros altos em frente ao prédio do Banco Central, na Avenida Paulista, em São Paulo.

Para Lula, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, não tem compromisso com a lei que determinou a autonomia da instituição.

– A lei diz que é preciso cuidar da responsabilidade da política monetária, mas é preciso cuidar da inflação também, do crescimento do emprego, coisa que ele não se importa – afirmou.

Conforme o presidente, só o sistema financeiro concorda com esse nível de juros.

– Não há nenhuma razão, nenhuma explicação, nenhuma lógica, só quem concorda com juros altos é o sistema financeiro, que sobrevive e vive disso. E ganha muito dinheiro com as especulações. Mas as pessoas sérias que trabalham, os

empresários que investem, sabem que não está correto – disse.

Outro integrante do governo federal que criticou o BC foi o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. Após encontro com empresários gaúchos na sede da Federação das Indústrias do Estado (Fieergs), ao ser questionado pela Rádio Gaúcha sobre qual seria o “principal obstáculo” para o crescimento econômico do país, Marinho respondeu:

– Neste momento, é preciso reduzir os juros que estão pegando pesado contra a atividade econômica, sobretudo na indústria. Temos um problema para resolver que é retirar o Brasil do mapa da fome outra vez. E vamos dar conta disso.

Ao 247, Lula minimizou a pressão enfrentada pelo seu ministro da Fazenda, vinda do PT.

– Haddad pensa igual ao governo, não há nenhum problema do PT contra ele. Tenho certeza que Haddad vai ajudar a resolver a questão da economia. É questão de tempo – salientou.

Ao participar, ontem, de evento do BNDES, Haddad disse esperar que o novo arcabouço fiscal permita ao país planejar o longo prazo. Ele afirmou que o Brasil passou por período muito longo de crescimento baixo e pouco ou nenhum planejamento. Segundo o ministro, o país fica preso na “armadilha do curtíssimo prazo”:

– Não é possível um país continental como o Brasil continuar a

pensar da mão para a boca, com baixa capacidade de planejamento e ambiente muito pouco convidativo ao investimento.

Para Haddad, são três os desafios de momento do governo: a questão social, que se faria sentir pelo aumento persistente da pobreza e da desigualdade; a agenda ambiental, que definiu como pauta de interesse mundial, e a “incontornável” sustentabilidade fiscal.

Lula comentou que o cenário para fazer com que a economia volte a crescer “não está fácil”.

– Não está fácil no mundo, não está fácil no Brasil, na América do Sul, na América Latina, nos Estados Unidos. Mas acho que precisamos fazer as coisas que têm de ser feitas para a economia voltar a crescer.

Eletrobras

Ele ressaltou também que pretende reestatizar a Eletrobras apenas sete meses após o processo de privatização da empresa. Na entrevista, disse que, se o governo tiver condições, “voltaremos a ser donos” da companhia energética e garantiu que “não vai ficar por isso” a venda da maior fatia de participação na empresa a investidores privados.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Políticas Econômica e Monetária **Página:** 6